

Nota de Repúdio sobre a ruptura da ordem democrática na Guiné-Bissau

A escalada de tensão política na Guiné-Bissau, marcada pela interrupção das eleições e pela intervenção direta de setores militares, exige pronunciamento firme das instituições acadêmicas comprometidas com a democracia e com os direitos dos povos africanos. O Comitê de Estudos Africanos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) vem, por meio desta nota, repudiar a ruptura da normalidade constitucional e manifestar solidariedade à população guineense.

O processo eleitoral foi, no mês passado, interrompido no momento decisivo da apuração. A Comissão Nacional Eleitoral declarou-se impossibilitada de divulgar os resultados, denunciando invasão dos centros de contagem e subtração de documentos oficiais. Esse fato, por si só gravíssimo, foi rapidamente seguido por medidas que configuram um ataque frontal ao processo democrático.

Sem legitimidade constitucional, setores das Forças Armadas suspenderam o processo eleitoral e instituíram um governo interino alinhado ao presidente removido. O gesto não apenas viola as regras do jogo político, como também aflige a vida política e civil do país. O toque de recolher, as prisões de opositores e o fechamento das fronteiras confirmam o caráter coercitivo dessa intervenção.

A resposta internacional, incluindo a decisão da União Africana de suspender a participação da Guiné-Bissau, sinaliza que não se trata apenas de uma disputa eleitoral normal, mas de uma ameaça sistêmica ao Estado de Direito.

Diante desse cenário e em apoio ao povo guineense, o Comitê de Estudos Africanos da ABA repudia a suspensão ilegal do processo eleitoral e a instrumentalização das Forças Armadas como ferramenta de violência e coerção política.

Brasília, 11 de dezembro de 2025.

Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e seu Comitê de Estudos Africanos